

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0002682-25.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**  
 Requerente: **Marcia Cristina Soares Paulovich**  
 Requerido: **Carrefour Supermercado**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MÁRCIA CRISTINA SOARES PAULOVICH, já qualificada, moveu a presente ação de consignação em pagamento contra CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, sucessor do SUPERMERCADO GIMENES S/A, também qualificado, alegando tenha emitido em favor da ré os cheques nº 000078 no valor de R\$ 215,55, nº 000079 no valor de R\$ 74,84 e nº 000080 no valor de R\$ 225,51, devolvidos pelo banco sacado por falta de fundos, o que motivou a inclusão de seu nome nos cadastros do SPC e SERASA, de modo que pretendendo resolver a pendência e não obtendo sucesso consigna o valor dos títulos.

A ré contestou o pedido concordando com a liberação dos depósitos em seu favor e ressaltando a impossibilidade de providenciar a baixa dos apontamentos, que deve ser promovida judicialmente, ressaltando ainda o descabimento da condenação em honorários porquanto não tenha havido resistência ao pedido.

A autora replicou nos termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme regula o parágrafo único do art. 897, do Código de Processo Civil, se o credor receber o depósito consignado e der quitação, cumprirá ao juiz julgar procedente o pedido, declarando extinta a obrigação e condenando o réu nas custas e honorários advocatícios.

Ou seja, a condenação na sucumbência independe da resistência ou não ao pedido, valendo o precedente: *"o recebimento com simples ressalva de que inexistira recusa anterior em receber, não exime o credor do pagamento dos honorários de advogado e custas"* (cf. RTJ 74/894 – in THEOTÔNIO NEGRÃO<sup>1</sup>).

Cumprirá, assim, à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, declaro extinta a obrigação em nome da autora MÁRCIA CRISTINA SOARES PAULOVICH, representada pelos cheques nº 000078 no valor de R\$ 215,55, nº 000079 no valor de R\$ 74,84 e nº 000080 no valor de R\$ 225,51, deferindo o levantamento do valor depositado em favor da ré CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, sucessor do SUPERMERCADO GIMENES S/A, e CONDENO a ré ao

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 41ª ed., 2009, SP, Saraiva, p. 1.031, nota 5 ao art. 897.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Expeça-se ofícios ao SPC e SERASA para a baixa das restrições em nome da autora tendo por origem os cheques acima referidos.

P. R. I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**